

O LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS

Luciana Ribeiro Guimarães Carrijo¹
Damáris Naim Marquez²

RESUMO: Este artigo apresenta uma breve discussão sobre a Educação Infantil frente às novas políticas públicas nacionais e a aplicabilidade do Referencial Curricular Nacional. Procura compreender as prioridades sócio – políticas da sociedade atual em relação à normalização de uma pedagogia compromissada com os meios de institucionalização e construção do sujeito infantil. Além disso, apresenta alguns aspectos do panorama brasileiro no que diz respeito a essa modalidade de educação, destacando as possibilidades do atendimento oferecido e seus pressupostos para a formação da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Infância, Escola, Educação Infantil, Políticas Públicas, Currículo.

ABSTRACT: This article presents a small discussion about juvenile education in the new National Public Politics and the effects of the “Referencial Curricular Nacional” to the educative practice. It also discuss some points of the latest changes in curriculum trying to understang the social-political priorities in current society in relation to the adjustment of a compromised pedagogy with the means of instituting and building of the infantile fellow. Moreover, it presents some aspects of the Brazilian view on this sort of education, highlighting the possibilities of the supplied attendance and its presumptions to the child formation.

KEY WORDS: Childhood, School, Juvenile Education, Public Politics, Curriculum.

¹ Mestra pelo Programa de Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia.

² Prof^a Dra. da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia - damaris@ufu.br

PROPOSTAS CURRICULARES EDUCACIONAIS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A escola, em cada período histórico, assume novas características com relação ao seu funcionamento, idéias e concepções, que embasam as práticas desenvolvidas em seu interior. Tais transformações ocorrem, principalmente, em função das mudanças econômicas, políticas e ideológicas da sociedade.

O que acontece no interior das instituições de ensino acaba sendo determinado por uma diversidade de fatores que buscam, de uma maneira ou de outra, encontrar fórmulas adequadas para o sucesso da complexa prática pedagógica.

Na realidade educacional dos dias de hoje, é possível considerar que o currículo enquadra-se dentre tais fatores, uma vez que tal instrumento possui um caráter norteador das práticas cotidianas desenvolvidas pelas instituições escolares.

O currículo apresenta-se, em nossa cultura, como um tipo de estabelecimento de normas e critérios básicos que regem a Educação, na tentativa de homogeneização dos saberes. A forma de domínio e uma política de conhecimento oficial determinam, segundo Apple (1994, p.59), o que **conta** como conhecimento, as formas como este deve ser organizado, quem tem autoridade para transmiti-lo e o que é considerado como evidência apropriada de aprendizagem.

Atualmente, as instituições de educação e seus profissionais têm feito uso das propostas curriculares sem ao menos questioná-las. O que se observa, na prática, é que, no cotidiano educacional, nossa cultura pedagógica trata o problema dos programas escolares e o trabalho escolar como capítulos didáticos, sem a amplitude e a ordenação de significados que deveriam sistematizar-se no tratamento dos currículos (SACRISTÀN, 1998, p.13).

A história do controle sobre a educação e cultura mostra que o currículo é manipulado e utilizado pelas instâncias superiores de administração educacional do país, que monopolizam este campo em favor próprio. Bourdieu (apud Apple, 1994, p.60) refere que as formas culturais, por meio das condições econômicas e sociais que pressupõem, estão intimamente ligadas aos sistemas de disposições característicos de diferentes classes e segmentos sociais. Assim, forma e conteúdo culturais funcionam como indicadores de classe. A concessão de legitimidade exclusiva a tal sistema de cultura, mediante sua incorporação ao currículo centralizado oficial cria,

O lugar da educação infantil nas políticas públicas nacionais

Luciana Ribeiro Guimarães Carrijo e Damáris Naim Marquez

por sua vez, uma situação em que os indicadores de 'gosto' tornam-se indicadores de pessoas. Assim, a escola torna-se uma escola de classes sociais.

É possível perceber que, por trás das justificativas apresentadas para que as propostas curriculares sejam implantadas, existe sempre uma investida ideológica, daí a impossibilidade de tentar melhorar a qualidade do ensino com base apenas nas alterações curriculares postuladas pelo sistema educativo. É necessário, também, alterar conteúdos, procedimentos e, especialmente, o contexto de realização dos currículos – a escola.

Segundo Sacristàn (1989, p.10), o estudo dos mecanismos de implantação e modelação do currículo mostra que o esquema vigente não serve para o objetivo que declara querer cumprir, e que, no caso de valer algo, apoiar-se-á sobre a fraqueza profissional dos professores, a falta de capacidade organizativa das escolas e as tentativas de controlar a prática.

Numa época de domínio das produções tecnológicas e científicas, da globalização e da sociedade da informação, as questões relacionadas à esfera educacional precisam ser levadas mais a sério. Para Santos (1996,p.15), “nunca foi tão grande a discrepância entre a possibilidade técnica de uma sociedade melhor, mais justa e solidária e a sua impossibilidade política”.

Porém, é certo que sempre existiu uma política de conhecimento oficial norteadora dos rumos da educação *desejada*, a qual adota algumas concepções da elite que polarizam os padrões de relacionamento e possibilidades de ascensão social.

Em meio a tal realidade, surgem práticas que visam ao controle comportamental e cultural do grupo social com o intuito implícito de dominação. No interior desses processos, é comum a circulação do chamado currículo oculto, que, de acordo com Silva (2002, p.5), pode ser compreendido como “a ocultação daqueles objetivos mais visíveis do sistema”.

As afirmações de Sacristàn (1998, p.16) sugerem que, a partir da organização das diferentes definições, aceções e perspectivas, o currículo poderá ser analisado mediante âmbitos diferenciados, sendo um deles *o ponto de vista sobre sua função social como ponte entre a sociedade e a escola*. Esse autor considera, ainda, que a teorização sobre o currículo deve ocupar-se necessariamente das condições de sua realização, da reflexão sobre a ação educativa nas instituições escolares, em função da complexidade que se deriva do desenvolvimento e da realização deste.

Os currículos pressupõem, de alguma forma, a concretização de fins

O lugar da educação infantil nas políticas públicas nacionais

Luciana Ribeiro Guimarães Carrijo e Damáris Naim Marquez

sociais e culturais que se atribuem à educação escolarizada. Porém, torna-se difícil ordenar em um único esquema ou conceito todas as funções que poderia adotar, visto que é influenciado pelos sistemas educativos atuantes, depende de cada modalidade escolar à qual servirá e do contexto social e pedagógico no qual se constitui.

No caso das propostas curriculares elaboradas para a Educação Infantil, o que se observa é que, no Brasil, gradualmente, as políticas públicas em relação à criança pequena (zero a seis anos) vêm sofrendo profundas modificações. A história da Educação Infantil, no país, tem basicamente acompanhado o desenvolvimento dessa prática no mundo, contando com a interferência de algumas particularidades de sua realidade sócio – econômica e cultural.

No período dos governos militares, prevalecia uma política de ajuda governamental às entidades filantrópicas e assistenciais ou de incentivo a iniciativas comunitárias por meio de programas emergenciais de massa, de baixo custo e desenvolvido por pessoal leigo (OLIVEIRA,2002,p.107).

O serviço social, fundamentado no cunho técnico que passou a adotar, trouxe uma preocupação mais sistematizada com relação à prática da educação infantil, tendo início o atendimento mais difundido de parques infantis e escolas maternais.

O aumento no número de matrícula na pré-escola, em todo o país, incentivou, na década de 1970, o processo de municipalização da educação infantil pública, prevendo a melhoria do atendimento. No entanto, o descaso com a importância da qualidade do ensino da criança pequena, como política educacional, continuou perdurando.

A questão do atendimento a crianças no período anterior à escolarização obrigatória adquiriu novos contornos, à medida que as classes populares passaram a reivindicar para seus filhos os mesmos direitos de acesso à escola que os filhos das classes mais favorecidas vinham recebendo da iniciativa privada.

Tal movimento juntamente com os avanços das pesquisas na esfera da psicologia e da educação, acerca do desenvolvimento infantil, propiciaram mudanças no trabalho pedagógico das pré – escolas, que passaram a assumir um caráter mais sistematizado em sua prática com as crianças.

Segundo Oliveira (2002, p.114), na década de 1980, muitos questionamentos começaram a ser feitos pelos professores e demais profissionais da educação, a respeito dos programas de cunho compensatório e assistencial que eram a eles dirigidos. As discussões sobre a

O lugar da educação infantil nas políticas públicas nacionais

Luciana Ribeiro Guimarães Carrijo e Damáris Naim Marquez

função das creches e pré-escolas foram retomadas, considerando-se as questões, e propostas foram feitas para a efetivação de um trabalho com enfoque pedagógico, visando ao desenvolvimento lingüístico e cognitivo das crianças atendidas.

Como resultado dos movimentos reivindicatórios, definiu-se, na Constituição Nacional de 1988, que o atendimento às crianças de 0 a 6 anos fosse incluído no capítulo da Educação, sendo estabelecido como um direito da criança, um dever do Estado e um opção da família. A Constituição regulamentou, ainda, um lugar prioritário para a criança e o adolescente, o que resultou na criação de ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em 1990, o qual também atribuiu ao Estado a responsabilidade pela educação infantil.

Em 1996, ocorreu a criação da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96), que passou a estabelecer a educação infantil como etapa inicial da educação básica, o que trouxe repercussões importantes para as políticas públicas voltadas para a infância. Para Oliveira (2002), essa lei amplia o conceito de educação básica, que passa a abranger a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Expande o conceito de educação, vinculando o processo formativo ao mundo do trabalho e à prática social exercida nas relações familiares, trabalhistas, de lazer e de convivência social.

Em meio às mudanças ocorridas no cenário da educação infantil, foi também elaborado pelo MEC o Referencial Curricular Nacional, que contém: concepções e princípios sobre desenvolvimento e educação infantil; discussões sobre o brincar, a identidade e o meio como determinantes na interação humana; exigências na formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil; e indicações que procuram assegurar a construção de uma proposta pedagógica adequada a cada faixa etária. O objetivo desse documento, segundo seus organizadores, é de que venha a “servir como base para discussões entre os profissionais de um mesmo sistema de ensino ou no interior da instituição, na elaboração de projetos educativos singulares e diversos” (BRASIL, 1998, p.7).

O RCN e a questão do currículo para a Educação Infantil

Os currículos desempenham diferentes funções nos distintos níveis educativos, de acordo com as características e finalidades de cada um deles.

No caso da Educação Infantil, o Referencial Curricular Nacional procura

O lugar da educação infantil nas políticas públicas nacionais

Luciana Ribeiro Guimarães Carrijo e Damáris Naim Marquez

embasar as práticas destinadas às crianças pequenas, atendidas nos espaços institucionais coletivos, sejam esses de funcionamento parcial ou integral (creches e pré-escolas), visando à construção do sujeito criança de acordo com as exigências da sociedade atual.

O referido documento é composto de três volumes organizados da seguinte forma:

- *Um documento Introdução, que apresenta uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, situando e fundamentando concepções de criança, de educação, de institucional e do profissional, que foram utilizados para definir os objetivos gerais de educação infantil e orientaram a organização dos documentos de eixos de trabalho que estão agrupados em dois volumes relacionados aos seguintes âmbitos: **Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo.***
- *Um volume relativo ao âmbito de experiência Formação Pessoal e Social que contém o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de construção de **Identidade e Autonomia das crianças.***
- *Um volume relativo ao âmbito de experiência Conhecimento de Mundo que contém seis documentos referentes aos eixos de trabalho orientados para a construção de diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: **Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.** (BRASIL, 1998,p.7)*

Segundo a Secretaria de Educação Fundamental, o Referencial é um guia de orientação, que serve de base para discussões entre profissionais de um mesmo sistema de ensino ou no interior da instituição, na elaboração de projetos educativos singulares e diversos.

O surgimento desse documento deu-se nos anos 1990, período em que ocorreu uma intensa mobilização de vários segmentos da sociedade em decorrência da consolidação de algumas das reformas educacionais. Oliveira (2002, p.1), apontando para tal mobilização, expõe que

O lugar da educação infantil nas políticas públicas nacionais

Luciana Ribeiro Guimarães Carrijo e Damáris Naim Marquez

Esse movimento não está circunscrito à realidade brasileira; ao contrário, ultrapassa as fronteiras nacionais e consta na pauta das agendas governamentais dos mais diferentes países, sobretudo daqueles “em desenvolvimento”, prescrevendo receituários, parâmetros e metas universais para a tão propalada “melhoria da qualidade do ensino.

Sendo assim, é importante recorrer a Apple (1994, p.67), quando afirma que é necessário compreender o contexto social mais amplo em que a atual política do conhecimento oficial está operando. Segundo ele,

O propósito da educação está sendo mudado. Já se foi o tempo em que a educação era vista como parte de uma aliança social que reunia muitas minorias. (...)Uma nova aliança foi constituída, e vem tendo sua influência nas políticas educacionais e sociais aumentada. Esse bloco de poder associa o mundo dos negócios, a Nova Direita e os intelectuais neoconservadores. Seus interesses concentram-se muito pouco na melhoria das oportunidades de vida das mulheres, das pessoas de cor ou de classe trabalhadora. Em vez disso, está empenhado em prover as condições educacionais tidas como necessárias para não só aumentar a competitividade internacional, o lucro e a disciplina, mas também para resgatar um passado romantizado de lar, família e escola ideais.

Em meio a tais condições educacionais necessárias à nova ordem, encontra-se, dentre as várias políticas e propostas para a educação, o Referencial Curricular Nacional. Este apresenta um caráter instrumental e técnico ao propor determinados “moldes” às condutas infantis como um dentre os diversos inventados para governar o ser humano.

A análise desse documento pode ser entendida como uma das formas de compreender a criança pequena, a história de seu governo e sua institucionalização, já que o Referencial representa um recente esforço governamental para tratar especificamente da questão curricular na Educação Infantil.

A realidade representada, atualmente, pela maioria das instituições de Educação Infantil demonstra uma necessidade urgente de problematizar seus dispositivos pedagógicos (como, por exemplo, o RCN/EI), que se apoiam em certos pressupostos sobre os sujeitos infantis e acabam por

O lugar da educação infantil nas políticas públicas nacionais

Luciana Ribeiro Guimarães Carrijo e Damáris Naim Marquez

fixar determinados padrões do que se espera do *ser criança*.

O novo cenário da educação, anteriormente caracterizado na exposição de Apple, faz com que os indivíduos sejam os novos alvos do poder. É preciso adestrá-los, torná-los dóceis e úteis, mas, ao mesmo tempo, garantir sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos.

Para Bujes (2000,p.28), as crianças passam a ser o alvo privilegiado dessas operações que administram a gestão calculista da vida: tornam-se objetos das operações políticas, de intervenções econômicas, de campanhas ideológicas de moralização e de escolarização, de uma intervenção calculada.

Na maquinaria da educação, os referenciais curriculares evidenciam um conjunto de estratégias, que tem como fim, na verdade, o governo da infância. Os referenciais fazem circular socialmente concepções de cidadania e educação infantil segundo o desejo de seus idealizadores.

Burjes (2000, p.26) considera, também, que as formulações de Foucault têm servido de suporte para apontar um série de discursos ritualizados e de idéias concebidas, que acabam por se converter em obstáculos epistemológicos, que impedem avanços no conhecimento de formas específicas de poder e dominação, entre elas, as que se exercem sobre crianças.

Para Foucault, “a modernidade é o momento de emergência do governo e da governamentalidade” (Burjes,2001, p.4). É nesse quadro de modernização, que se inserem os novos raciocínios sobre a educação da criança pequena, seus limites e suas potencialidades.

As propostas curriculares propõem saberes ou disciplinas na tentativa de que, na prática destes, seja possível produzir os sujeitos que tentaram descrever. Tais descrições servem de parâmetros para a regulação e normalização da pedagogia que se espera veicular nos meios de institucionalização e *construção* do sujeito infantil.

Segundo Larrosa (1994), pode-se entender que o sujeito é produzido no interior de articulações de poder/saber: apenas quando alguns aspectos do humano são objetivados, torna-se possível a manipulação técnica dos indivíduos nas instituições.

Nesse contexto, os referenciais tornam-se uma prática disciplinar de normalização da educação de crianças pequenas e do tipo de sujeito que a educação infantil deve formar. O MEC consegue, por meio das propostas dos referenciais curriculares, condicionar, nas entrelinhas, a qualidade dos serviços prestados pelas instituições infantis ao cumprimento das *sugestões* contidas no documento, visto que este tem como propósito ser

O lugar da educação infantil nas políticas públicas nacionais

Luciana Ribeiro Guimarães Carrijo e Damáris Naim Marquez

um guia de orientações.

O que o discurso demonstra é uma aparente democratização do conhecimento e da formação do sujeito no campo da educação infantil. No documento, constam os seguintes argumentos:

Considerando e respeitando a pluralidade e diversidade da sociedade brasileira e das diversas propostas curriculares de educação infantil existentes, este referencial é uma proposta aberta, flexível e não obrigatória, que poderá subsidiar os sistemas educacionais, que assim o desejarem, na elaboração ou implementação de programas e currículos condizentes com suas realidades e singularidades (*BRASIL, 1998, p. 14*).

Nas propostas do RCN, a idéia central é a de formação de um sujeito ativo, consciente e criativo, o que vai ao encontro da manutenção do discurso moderno para a educação. No entanto, o Referencial homogeneiza o cidadão, não dando relevância a fatores significativos na construção de sujeitos únicos, autênticos e individuais como, por exemplo: as dinâmicas de classe, raça, gênero, etnia e outras.

Nessa postura, ignora-se uma série de questões e de possibilidades que poderiam ser pensadas na construção de verdadeiros indivíduos/cidadãos. Tais possibilidades deveriam estar presentes no interior dos currículos, fazendo com que demonstrassem melhor o seu comprometimento com a criança como protagonistas desse processo. Esse poderia ser um dos passos para a descaracterização dos currículos como ferramentas de manutenção das relações de poder.

Segundo Veiga-Neto (1998), a elaboração do RCN é sustentada também pela crença de que montar um currículo é uma questão de engenharia curricular, basta definir que conhecimentos são importantes e arranjá-los de forma compreensível e ordenada. Desta forma, em se tratando de sujeitos em uma faixa etária em pleno desenvolvimento de suas aquisições globais, as características das crianças acabam sendo apresentadas como um fenômeno estável, independente de contextos, épocas ou situações sociais.

A análise do RCN que o vê como um aparato normativo, chama a atenção para o ideal de infância que se quer propagar, entretanto, este não é um material que apresenta, em sua íntegra, somente uma lista de pretensões. O Referencial, em sua aplicação, funciona não só como uma das formas de controle das funções educacionais, mas também representa

O lugar da educação infantil nas políticas públicas nacionais

Luciana Ribeiro Guimarães Carrijo e Damáris Naim Marquez

um avanço para a área da educação infantil, ao conseguir reorganizar a antecipação da escolaridade, a desmistificar (ainda que teoricamente) a visão assistencialista das creches e ao proclamar algumas das especificidades do sujeito criança como cidadão.

O que torna os currículos, e especificamente o RCN/EI, alvo de análises necessárias é que seus efeitos discursivos fazem com que se obscureçam faces importantes para a Educação em sua totalidade: a lógica social e a realidade da infância institucionalizada, a que são submetidas a maior parte das crianças atendidas pelos serviços públicos de educação infantil no país.

Os currículos, como parte de uma situação seletiva à qual todos estão indistintamente submetidos, representam escolhas, limitam opções e determinam quase sempre o rumo de possibilidades sociais e intelectuais que a cada um pode ser permitido. Daí a importância de problematizar suas formas de raciocínio e sua inserção inquestionável nas instituições de ensino, especialmente, aquelas voltadas para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer análise a ser realizada no campo da educação passa, necessariamente, pela reflexão paralela do contexto em que se inserem as relações sociais vigentes, bem como das regras governamentais às quais estão submetidas as instituições escolares e seus representantes.

Sendo assim, compreender as reformas curriculares atuais requer compreender também prioridades sociopolíticas e as relações de operação e controle da escola e das salas de aula. As críticas constantes às referências educacionais que chegam até a prática educacional, fazem-se necessárias, em decorrência da construção de uma realidade escolar mais eficaz e de uma construção de sujeitos verdadeiramente autônomos. Para tanto, é preciso permitir que cada creche, cada escola e cada criança sejam únicas em sua realidade. É preciso que cada um tenha a oportunidade de compor seus valores e objetivos.

Um currículo e uma pedagogia democráticos, segundo Apple (1994, p.77),

O lugar da educação infantil nas políticas públicas nacionais

Luciana Ribeiro Guimarães Carrijo e Damáris Naim Marquez

devem começar pelo reconhecimento dos diferentes posicionamentos sociais e repertórios culturais nas salas de aula, bem como das relações de poder entre eles. Assim, se estivermos preocupados com “tratamento realmente igual” (...) devemos fundamentar o currículo no reconhecimento dessas diferenças que privilegiam e marginalizam nossos alunos de forma evidente.

Portanto, os estudos sobre a escolarização, independente de sua natureza, devem ter como centro de seus esforços a busca de transformações das práticas didáticas em curso, visando a uma nova trajetória no campo da educação e na vida individual dos cidadãos, em especial, dos infantis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, M. W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional ? In: SILVA, T. T. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. (Vol. I, II, III).

BURJES, M. I. E. **Governando a subjetividade: a constituição do sujeito infantil no RCN/EI.** Disponível em : <<http://www.anped.org.br>>. 2002.

BURJES, M. I. E. O fio e a trama: as crianças na malha do poder. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p.25-44, jan/jun, 2000.

LARROSA, J. **Tecnologia do eu e educação.** In: SILVA, T.T. O Sujeito da Educação – estudos foucouthianos. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2002.

SACRISTÀN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SANTOS, B. S. **Para uma pedagogia do conflito.** In: SILVA, L.E. Reestruturação curricular: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996.

SILVA, M. V. **A pedagogia da Habituação ou Notas reflexivas sobre o Currículo oculto.** Apostila da Faculdade de Educação da UFU, 2002.

VEIGA-NETO, A. J. **Currículo e Cultura.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced>>.